



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Oitava Sessão Ordinária do quarto ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quatorze de abril de dois mil e vinte, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Segunda Carta aos Coríntios - Capítulo 4, versículos 16 a 18. “Por isso não desanimamos. Pelo contrário, embora nosso homem exterior caminhe para a ruína, o homem interior se renova dia a dia. Sim, a leve tribulação passageira nos obtém, além de toda medida, um peso eterno de glória. Pois não olhamos para as coisas visíveis, mas para as invisíveis; com efeito, as coisas visíveis duram pouco, e as invisíveis são eternas”. A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estavam ausentes das Sessões, os Srs. Ângelo Roberto Torres e Rodrigo da Silva Blanco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual, foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno, apresentou requerimento solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos e Indicações dos Srs. Vereadores, bem como a correspondência de diversos, lendo-se apenas a emenda, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos; o Sr. Presidente registrou a presença do Sr. Ângelo Roberto Torres que proferiu seu voto ao Requerimento; a seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício SEGOV nº 00189/2020 dando resposta ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Requerimento nº 037/2020 da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando informações a respeito do planejamento das ações na área educacional do Município que dizem respeito à prevenção e controle do coronavírus – Codiv 19, nos estabelecimentos de ensino; 2. Ofício SEGOV nº 00194/2020 dando resposta ao Requerimento nº 033/2020 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre limpeza e manutenção dos banheiros da rodoviária e sobre solução para o problema com os pombos. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposituras dos Senhores Vereadores: Requerimentos: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar o motivo da poda ou corte total de 05 (cinco) árvores na Avenida dos Ipês, próximo ao Condomínio Estância das Flores, no Bairro Roseira de Baixo; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo que não ter sido feita a poda de árvores em toda a extensão da Avenida dos Ipês, próximo ao Bairro Roseira de Baixo. Indicações: 1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal a troca de lâmpadas queimadas em todo o Bairro Jardim Mauá I e II; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para que a fiscalização e o policiamento sejam reforçados no bairro Colinas do Castelo, aos finais de semana, em virtude da crescente concentração de pessoas. A seguir, foram lidas as seguintes correspondências de Diversos: 1. Processo nº 001/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de janeiro/2020; 2. Processo nº 002/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de janeiro/2020; 3. Processo nº 003/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Câmara Municipal de Jaguariúna de fevereiro/2020; 4. Processo nº 004/2020 – Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao balancete mensal relativo às Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna de fevereiro/2020. O Sr. Presidente registrou a presença do Sr. Rodrigo da Silva Blanco. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91): pela ordem, o Sr. Presidente, Walter Luís Tozzi de Camargo pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar o motivo da poda ou corte total de 05 (cinco) árvores na Avenida dos Ipês, próximo ao Condomínio Estância das Flores, no Bairro Roseira de Baixo, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo que não ter sido feita a poda de árvores em toda a extensão da Avenida dos Ipês, próximo ao Bairro Roseira de Baixo, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por oito minutos e vinte e oito segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Afonso Lopes da Silva e Alfredo Chiavegato Neto, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou ao Presidente e aos nobres Pares, funcionários da Casa, dizendo que ele só queria ressaltar os seus dois requerimentos referentes à poda das árvores da Avenida dos Ipês, como ele já havia dito na fala da semana anterior e agradecia a votação dos nobres Pares e esperava uma resposta positiva e concreta a respeito da poda daquelas árvores, com uma justificativa bem clara aquela Casa de Leis para eles levarem à população, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todas e a todos, Senhor Presidente, Colega Vereadores, funcionárias e funcionários da Casa, e que ela queria, também, falar rapidamente, colocar para a população que eles, Vereadores, continuavam ali trabalhando presencialmente, por enquanto, e que podia ser que, no futuro eles conseguissem trabalhar remotamente, e também podia ser uma boa solução, e que naquele momento eles ainda não tinham conseguido resolver isso, e estavam vindo na Casa; disse que eles, quem estava observando em casa, podia perceber que eles estavam conseguindo manter uma distância segura, um do outro, eles aumentaram um lugar lá na ponta, onde o Vereador Neguita fazia parte daquela primeira mesa, e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

deu uma distância segura, e estavam ali, todos com máscaras, respeitando aquela questão daquela doença; disse que ela não sabia se todos tinham acompanhado, e que, naquele momento, acabou de anunciar, há uma ou duas horas atrás, que o Governador Witzel, do Rio de Janeiro também estava contaminado, e o que eles percebiam era que a contaminação não estava poupando ninguém, e que tinha duas questões aí, a sub notificação, talvez a notificação estivesse em dez a quinze por cento do que era real, o que levaria os casos a trezentos mil casos, não era isso, perguntou, pois se estava trinta mil e se fosse dez por cento levaria a isso, só, que por outro lado, isso diminuiria o índice de letalidade, porque o número de pessoas que estavam morrendo e o número de doentes seria bem menor, enfim... disse, que o Estado de São Paulo tinha acabado de prometer que até o final de semana conseguiria zerar pelo menos a fila dos exames, das pessoas que já tinham morrido sob suspeita, e dos profissionais de saúde, mais a fila de suspeitos que acabaram sendo internados, e que eles sabiam que quem fez exames só foram aqueles que estavam em estado grave e aqueles que passaram pelo hospital e estava com uma coisinha, foram mandados para casa e nem fizeram exames, e que aquelas pessoas, naquele momento, nem iriam saber se tinham a doença ou não, mas eles prometeram que até o final de semana, o Estado de São Paulo eles iriam ter uma ideia mais clara de como estava a contaminação; disse que ela achava e que era a sua opinião, e sabia que alguns discordavam, mas ela achava que eles tinham que continuar respeitando, eles tinham que pegar uma linha e se tinha uma linha no Estado, principalmente, pedindo para que eles permanecessem em casa, quem podia permanecer em casa, ela achava que eles tinham que fazer isso, tentar segurar o crescimento daquele doença, porque não tinha, como ela estava conversando com o Vereador Bozó, e confirmou com ele, não tinha proteção para todo mundo, não tinha respirador para todo mundo, se a coisa desandasse como desandou na Itália, eles não sabiam o quanto de sofrimento poderia acontecer; disse que a sua opinião era que eles continuassem respeitando até que tivesse uma segunda ordem, porque se aqueles exames saíssem e depois houvesse uma diminuição mesmo na contaminação, eles podiam respirar; disse que, na sua opinião, era para tentarem respeitar, por enquanto, e que bom não era, porque era claro que isso, num país que já estava com problemas econômicos, isso já estava jogando, e que já se estava a um passo do abismo e isso veio vindo empurrando muita gente mesmo para a miséria, para a quebradeira, e que era muito ruim isso, mas ela não via outra saída, senão eles respeitarem, por enquanto, aquela quarentena, e ver na frente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

como era que eles iriam sair disso; muito agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, dizendo que comungava com o que a Cássia disse, não estava fácil, ele que também tinha o seu comércio, pagaram o aluguel no sufoco, ainda, que no mês anterior tinha funcionado um pouco, e agora para o próximo mês seria bem complicado, por isso que servia, naquele momento que era ano político deles, Vereadores, se esquecerem, por enquanto, dos interesses políticos, porque eles tinham a obrigação de fazer a ligação entre a sociedade mais carente e o Poder Público; disse que a sociedade mais carente, o povo mais carente, eles não tinham acesso à modernidade, igual o que muitas pessoas achavam; o governo achava que uma casa bem carente, num bairro rural, iria saber entrar em sites, isso e aquilo? Não sabia, e cabia a eles, do Poder Legislativo estarem fazendo aquela ponte; Legislativo era para fiscalizar, ele entendia, mas como era caso de guerra, ele achava que eles tinham que estar de frente com esse trabalho; disse que uma outra coisa que estava acontecendo, era que ele estava vendo muitos pensamentos mudarem o povo unido, o povo unido em busca... o povo unido em busca de ... disse que estava bom, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, Presidente, Nobre Colegas, público que os assistiam em casa, e disse que queria começar, falando um pouquinho, e que, naquele dia, eles viram, anunciou há pouco, duzentas mortes em menos de vinte e quatro horas, foi o maior número, até aquele momento, registrado, e que estavam, ainda, num momento preocupante, complicado, mas tinha algumas coisas que estavam bem complicada na cidade, e que estavam vendo bastante vídeos, bastante “live”, bastante informação, e que isso era importante para a população, e comentou que ele tinha feito uma indicação na semana anterior, ele com o nobre Colega, Vereador Bozó, solicitando que se reduzisse em quarenta por cento o salário dos Secretários, Vereadores, Vice-Prefeito, Prefeito e comissionados deixou para avaliação do próprio Executivo, e, sequer tiveram alguma resposta, até então, tudo bem, só que nenhum dos Vereadores, durante aquela pandemia, foi convidado ou teve a oportunidade de conversar com o Executivo sobre as ações a serem tomadas, e quando eles cobraram para ser criado o Fundo Municipal para o Comércio, onde se colocava, realmente, o recurso nas mãos de quem estava precisando e passando dificuldades, naquele momento; comerciantes entregando prédios ali no centro todos os dias por não conseguirem pagar, e eles não estavam vendo uma medida sendo feita; ficar em casa? Sim, ficar em casa; era a melhor coisa? Sim, era a melhor coisa; mas se o Poder Público não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tomasse uma iniciativa e fizesse algo para aqueles comerciantes... e que era muito bonito falar: “Ah! Jaguariúna: quarenta e sete casos.” Há trocentos mil anos, quarenta e sete casos; não chegava o resultado, a culpa era do Estado, o Governador mandou ficar em casa, ficassem em casa, só que as contas dessas pessoas iam chegando, que ele não estava dizendo que no dia seguinte tinham que chegar e abrir as portas, não, eles tinham que prezar pela vida, com certeza, só que uma cidade como Jaguariúna, com quatrocentos e setenta milhões de reais de recursos, não fez absolutamente nada para o comerciante da cidade, absolutamente, nada, e, por incrível que parecesse, na última semana três nomeações novas no jornal, e não era para a área da Saúde, não, era para o Obras, que começava no dia seguinte, no Cemitério; disse que era interessante, não tinha nem túmulo sendo construído, mas começava, no dia seguinte, um funcionário lá, ganhando seis mil reais; uma pessoa para a Comunicação e uma outra pessoa para o Esporte, que nem estava funcionando, naquele momento, devido à paralisação; pediu desculpas, mas era um desrespeito com a população, eles tinham que se conscientizar, saber o que fazer, sim, saber o que falar, mas eles estavam ali para fiscalizar o Executivo, e, infelizmente, ele não estava vendo transparência em nenhum ato; estava sendo compras diretas devido ao Estado de Emergência na cidade, no site da Prefeitura não tinha nada falando de compra alguma e que ele gostaria que fosse encaminhado para a Casa, urgentemente, o quanto estava sendo gasto com a pandemia, e que eles ali podiam ajudar, remanejando de uma Secretaria para outra; eles ali podiam orientar, podiam fazer parte disso, todo mundo ali foi eleito, todo mundo ali teve o voto e a confiança da população, então, eles tinham que dar uma resposta digna para a população, não era “live” às três da tarde todo dia, não era conta que o comerciante tinha que pagar e eles tinham que responder, porque eles estavam na rua, todos os dias, eles, Vereadores, estavam na rua e, infelizmente, ele não estava vendo uma ação efetiva para não deixar o comércio de Jaguariúna falir, nenhuma; disse que as compras estavam sendo feitas fora da cidade, e por que não utilizar o comércio local? Já que tinham tantas brechas para tais compras, disse de começarem a comprar ali, o comércio estava fechado, disse de criarem um mecanismo de colocar dinheiro nesse comércio; comentou que ele e o Colega Bozó deram uma indicação, apenas uma indicação, não precisavam seguir o que eles estavam falando, mas desse uma proposta efetiva para o comerciante, porque isso era um desrespeito, e uma cidade como Jaguariúna onde tinha quatrocentos e setenta milhões de reais de Receita, e não ir um real para o comércio, exclamou; disse que estavam tantas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

coisas paradas, a economia estava acontecendo, e que não viesse falar que estava gastando tudo na Saúde, porque os índices de Jaguariúna não aumentaram devido ao isolamento, devido a uma série de situações já programadas, e que não se estava gastando com isso, porque Cultura estava parada, Esporte estava parada, outras Secretarias estavam sem atividade alguma, e o dinheiro não estava sendo gasto na Saúde, a Saúde não estava tendo esse gasto, e se tivesse, que a Secretária viesse esclarecer para eles, porque até então eles não tiveram nenhum caso ali de compra de respiradores, de aumento de leitos, de falta de leitos na cidade, isso não teve; disse que precisavam, sim, preservar pela vida, mas eles não podiam deixar o comerciante da cidade e a população passar fome e necessidade, porque o telefone dele tocava todos os dias, as pessoas com dificuldades para conseguir pegar cesta na Assistência Social, dificuldade para conseguir pagar um aluguel, e que ele entendia que a demanda tinha aumentado, aumentou em muito, e só tendia a crescer nos próximos meses, só que o Município precisava de uma atitude efetiva, e isso ele não tinha conseguido ver até aquele momento, e ele, como Vereador, cobrava o Executivo e esperava uma resposta plausível, para aquelas três contratações que, ao ser ver, eram aberrações no Município de Jaguariúna; três contratações, sem significado algum, apenas político, e quando o nobre Colega falava para não fazer política, disse de, então, usar os cargos com mais responsabilidade e respeito à população, que isso estava faltando, no hoje, em Jaguariúna; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo que concordava com a Cássia, concordava com o David, as pessoas tinham que ficar em casa, e que ela estava na rua, diariamente, estava entregando água, a demanda de água dela aumentou, mas que ela gostaria que eles vissem, que fossem de casa em casa das pessoas, tinha pai desesperado, e que teve uma senhora que mandou mensagem para ela, dizendo que ela estava com sete reais, o último sete reais em moedas para comprar água, e que, o amanhã só a Deus pertencia, e disse que isso doeu nela, lhe doeu de uma tal forma, que ela achava que o Prefeito tinha que tomar uma posição e não só ficar fazendo “live”, só fazendo política, porque para ela era estava sendo muita politicagem em cima de uma coisa, que tinha que tomar uma decisão para o agora; as pessoas iam passar fome, iria haver caos em Jaguariúna, e que era igual ao que o nobre Vereador David falou, quatrocentos e setenta e quatro milhões, podia ser muito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

bem distribuído para cinquenta e seis mil pessoas, ele tinha que tomar uma iniciativa no agora, porque para o amanhã não dava, tinha que ser para ontem, as pessoas estavam começando a passar fome, não tinha o que comer dentro de casa, muitas pessoas iam para a rua, iam começar a saquear, matar por causa de fome, e disse para olharem o que ela estava fazendo e, realmente, ela ia de casa em casa e as pessoas não tinham o que comer, e, realmente, o David falou, que não conseguia pegar cesta, e não conseguiam, ia na Prefeitura aquela burocracia, eles deram um número para o pessoal ligar, não se conseguia falar, ficava horas e horas lá, não conseguia falar, as pessoas estavam entrando em desespero, o caos ia chegar na cidade, e que não era só na cidade, não, era no mundo inteiro, por isso que ela pedia ao Prefeito que era para tomar uma iniciativa para o ontem, não ficar fazendo “live”, falando com a população que ela tinha que se prevenir, e que todos já sabiam disso, mas as pessoas queriam encher a barriga, elas estavam com fome, e não tinha dinheiro, as crianças estavam com fome, criança chorava: “Pai, não tem leite. Pai, não tem comida.” E aí, perguntou, o que iria ser disso? Pediu para falar para ela, e lembrou da mulher com sete reais na mão para comprar um galão de água, não tinha dinheiro para comprar comida; disse que ela estava falando porque era o que ela via, na rua, ela via essas coisas na rua, e que ia entrar uma guerra e iria ser uma guerra feia, se não tomassem uma providência, era igual ao que o David falou, uma cidade com quatrocentos e setenta e quatro milhões, fizeram aquela indicação, e achava que o Prefeito podia muito bem ver isso, pensar com carinho, o comércio já estava entrando em caos, as firmas estavam demitindo em massa, estavam diminuindo o salário, as pessoas estavam entrando em crise, em choque, por causa disso, e que a cidade de Jaguariúna dava sim para eles se reunirem e ver tudo isso certinho; disse que o Prefeito conseguia, se ele quisesse, ele conseguia, e todos eles sabiam que ele conseguia, e que Jaguariúna era uma cidade rica e tinha dinheiro; desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que cumprimentou a todos os Vereadores, naquela sessão, aos servidores, a quem os acompanhavam pelas redes sociais, naquela sessão ordinária do mês de abril; disse que ele gostaria de iniciar ali, relatando aos nobres Colegas e a todos que os acompanhavam, que eles assinaram, naquele dia, uma Portaria ali na Câmara Municipal, a Portaria número quarenta e quatro de dois mil e vinte, solicitando aos Departamentos uma análise de contingenciamento de gastos, para que na devolutiva que eles tinham que fazer no meio do ano, em virtude da LDO, fosse destinada ao combate do Coronavírus na cidade de Jaguariúna, o valor da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Câmara Municipal, naquela devolução; disse que a Portaria tinha sido assinada naquele dia à tarde, deveria ser publicada no dia seguinte e que as medidas efetivas tinham que ser tomadas, eles tinham que ter consciência e responsabilidade social com toda a certeza em todos os sentidos, e ele tinha certeza que o Poder Legislativo de Jaguariúna vinha fazendo isso com muita seriedade, com muita responsabilidade; disse que em breve teriam os valores, os valores apurados para a devolutiva e estariam informando a população e também pedindo ao Executivo que utilizasse diretamente aquele recurso na frente de combate àquela pandemia que vinha tirando vidas e vinha desgastando toda a estrutura de todos os países, na verdade; disse que uma outra medida também, ali na Câmara, que eles estavam propondo, era um projeto de resolução com a possibilidade de haver sessões remotas e reuniões de comissões remotas, também; disse que sabiam que dentre os senhores Vereadores tinham alguns que estavam no grupo de risco, por conta da idade e por conta de qualquer comorbidade de saúde; sabiam, também, que o Ministério vinha alertando que eles teriam um crescente dessa doença com a vinda do inverno, do frio, e isso podia aumentar e, realmente, tornar uma situação fora de controle; disse que tinham que ser precavidos; o pedido do projeto de resolução que eles estavam apresentando, assinado pelos membros da Mesa Diretora, ele vinha de encontro a terem aquela ferramenta nas mãos para que não parasse o Poder Legislativo e só usada conforme a necessidade, fundamentada, realmente, para acontecer; disse que já viam isso na Assembleia Legislativa de São Paulo, já viam isso na Câmara dos Deputados em Brasília, no Senado Federal e, em diversas Câmaras Municipais ao redor de Jaguariúna, que já adotaram aquele sistema; disse que eles fizeram uma proposta, e ela veio para discussão ali na reunião de Comissões, apresentaram um substitutivo e ele ia pedir depois, no intervalo, com os nobres Vereadores se eles podiam discuti-la brevemente, e colocá-la, se possível, ainda naquele dia para votação, se assim fosse de consenso da maioria, senão ela iria tramitar e iria para a próxima sessão ordinária para discussão, só lembrando que a próxima sessão ordinária seria no dia vinte e oito de abril, só no final do mês que eles teriam uma outra sessão, e aquela era a sua maior preocupação; a seguir, com relação ao Coronavírus, eles tinham um cenário se moldando e todos ali já estavam cientes, das medidas de proteção, do álcool gel, da higienização, do uso de máscaras, o distanciamento social, enfim, sabiam de tudo isso, mas aquela doença era implacável, não só atacava a saúde das pessoas, como levava muitos à morte e não precisava ser do grupo de risco e estavam vendo isso no Brasil,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

por diversas estatísticas, de algumas pessoas mais jovens sofrendo disso, mas ela também destruía a economia, ela destruía o emprego, ela destruía a renda, ela destruía famílias, isso por onde ela passou aconteceu; começou na China, veio para a Europa, foi para todos os continentes, e atingiu um grande país com potencial econômico fortíssimo que eram os Estados Unidos, que já suplementou a sua renda, já soltou o dinheiro na economia para tentar salvar e a Europa fez a mesma coisa, e o Governo Brasileiro também fez isso; disse que aquela doença atacava, não só a saúde física, mas também a saúde financeira, e uma outra parte que ele já vinha falando, a saúde emocional, e que tinha certeza que depois do Coronavírus iriam sofrer de vários problemas, de várias doenças oriundas dele, depressão, síndrome do pânico, ansiedade, porque ele iria deixar marcas; comentou que tinha visto um artigo aquela semana, que ele achou muito importante, onde a pessoa dizia assim: “todos queriam voltar à normalidade, mas a normalidade nunca mais vai existir; vai existir uma nova normalidade depois do Coronavírus.” As relações iriam mudar, disse, as relações de emprego, de renda, as relações de consumo, as relações interpessoais, e que tudo isso iria mudar depois dessa pandemia que afetou o mundo todo, e que eles tinham que buscar essa nova normalidade, e a preocupação era forte e era recorrente, e que achava que todos eles estavam vendo isso, e tinham relatos para contar ali, de pessoas com as suas dificuldades, do pequeno comerciante, do cabeleireiro, do professor de Educação Física, das Academias; tinham os pequenos comerciantes, as lojas, enfim, todos estavam sofrendo o efeito disso, e eles tinham que se unir naquele momento, era um momento de união, era um momento que eles tinham que buscar alternativas juntos, construídas no processo democrático que eles viviam, mas, com certeza, tinham que se unir; disse que, infelizmente, algumas pessoas ainda não acreditavam no potencial dessa doença, talvez não acreditassem no potencial físico dela, mas não dava para negar que o potencial social dela já era visível para todos eles, e que isso estava infiltrado em cada família, em cada segmento da sociedade, em todos os meios de economia diretamente estavam sendo afetados, não tinha um comércio que não sentisse; disse que conversava há poucos dias, por conta da Páscoa, com um dos comerciantes da cidade, que trabalhava nesse segmento, e que ele tinha ido fazer uma entrega em sua casa, que sua esposa trabalhava exatamente com produtos artesanais de chocolate, e que perguntou a ele como que estava o comércio, e que ele falou que eles estavam fazendo as entregas, mas eles tiveram uma perda de noventa e cinco por cento de clientes; por que diminuiu o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cliente, perguntou, por que a pessoa estava só se restringindo? Era porque também diminuiu a renda, diminuiu o dinheiro; muitos inquilinos estavam pedindo redução de aluguel, porque não conseguiam pagar, não dava, e que aquela era a hora deles terem aquele diálogo do proprietário com o inquilino, para redução, sim, era uma hora de se despirem da vaidade e de interesses sociais e trabalharem pelo outro também, e que isso iria passar, e iriam se reerguer com isso, mas que tivessem a certeza que a morte não fazia voltar, aquela vida que se perdia por conta dessa contaminação, eles não iriam conseguir recuperá-la mais, e ficavam as marcas; disse que o Vereador tinha acabado de citar duzentos casos nas últimas vinte e quatro horas, o Brasil já tinha mais de mil e trezentas mortes; eram mil e trezentas pessoas, não era número, eram vidas: pai de família, avô, avó, filhos que deixaram de viver por conta dessa desgraça, e diante de manifestação no Plenário, ele disse que eram mil quinhentas e trinta mortes confirmadas, e que a coisa era muito séria; disse para serem solidários e serem, principalmente, solícitos com o outro, e que ele achava que um exemplo eles tiveram no domingo, na Páscoa, foi o exemplo que Jesus deixou sobre o amor ao próximo e que assim fossem suas atitudes e seus gestos como gestores públicos e, principalmente, como pessoas; muito agradeceu. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001 de 2020 do Executivo Municipal - que acresce o art. 99-B na Lei Orgânica do Município a fim de fixar prazo excepcional, por força da emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus (Covid-19), para remessa da lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art.50, § 2º, III do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. A seguir, da Comissão Permanente de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Constituição, Justiça e Redação, foi apresentada a seguinte Emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica, nº 001/2020: “Altera a ementa e o artigo 1º da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001/2020, que modifica o art. 99-B da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, que passam a vigorar com as seguintes redações: ‘Acresce o art. 99-B na Lei Orgânica do Município a fim de fixar prazo excepcional, em virtude de calamidade pública, guerra, força maior, caso fortuito, convulsão social, pandemias ou emergência epidemiológica, para remessa da lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.’ ‘Art. 1º (...) Art. 99-B. Em virtude de calamidade pública, guerra, força maior, caso fortuito, convulsão social, pandemias ou emergência epidemiológica, assim reconhecidas e decretadas pelo órgão ou setor competente, os projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual poderão ser submetidos à apreciação da Câmara até o dia 30 de outubro do ano respectivo e serão devolvidos para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.’” Em discussão a Emenda, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que, mais uma vez desejou boa noite a todos, dizendo que ele já votaria favorável na proposta de emenda que foi encaminhada pelo Executivo, mas ele acreditava que a emenda ficou muito melhor, e que já tinha pensado nisso e tinha conversado com o senhor Presidente, para eles estarem tirando, porque estava específico falando do ano de dois mil e vinte e um e que a Lei Orgânica teria um artigo somente para o ano que viria, para o exercício do ano que viria com relação à LDO e a LOA e a LDO teria que ser encaminhada pelo Executivo até trinta de abril e a Câmara teria que deliberar até trinta de junho e a Câmara, seguindo a legislação, a Lei de Responsabilidade Fiscal teria por obrigação também estar fazendo a Audiência Pública e eles tinham que pensar que uma regra não podia ser assim para somente um caso específico, e, infelizmente, esse tipo de coisa podia acontecer em outras épocas, e que achava que a emenda daquela maneira ficou melhor, e repetiu que votaria favorável na proposta, que ficaria específico só para o ano que viria, mas, infelizmente, podia acontecer em outros anos, achava que a redação que foi dada pela emenda ficou melhor e que estaria votando favorável à emenda; agradeceu. A seguir, em votação a Emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. O Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. A seguir, em discussão e votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 001 de 2020 do Executivo Municipal - que acresce o art. 99-B na Lei Orgânica do Município a fim de fixar prazo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

excepcional, por força da emergência em saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus (Covid-19), para remessa da lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “2” do Regimento Interno, combinado com Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. 2. Projeto de Lei Complementar nº 001/2020 do Executivo Municipal – substitui os Anexos III e V da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, III do R.I., c/c Art.42 da LOM) Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que iria fazer uma menção naquele primeiro projeto, e que era uma alteração na Lei Complementar que falava da progressão dos servidores públicos municipais e que a iniciativa daquela proposta foi criar uma alínea, o servidor público ele podia progredir na carreira dele com as avaliações, mas quem estava abaixo da alínea oito não tinha essa possibilidade, só três níveis, e todos os outros eram quatro níveis, e que foi uma reivindicação dos servidores, quem lhes trouxe a reivindicação, quem trouxe à discussão foi o servidor Gustavo Fontanela, baseado até numa análise de todo o processo, e, diante dessa solicitação, eles se reuniram com o Executivo, e foi apresentando agora para que se fizesse justiça e todos podiam concorrer em iguais condições, em proporcionalidades dentro da sua carreira, do seu cargo de função; disse que aquele projeto era muito bem vindo, e que pediu para retirá-lo na primeira vez, porque tinha que votar o subsídio dos servidores e a tabela estaria desatualizada se eles votassem naquela época, e como já foi feito, pediram substitutivo, foi alterado e foi corrigida a tabela, atualizada, por isso estariam apreciando naquele momento, aquele projeto de lei. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 001/2020 do Executivo Municipal, que substitui os Anexos III e V da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de Jaguariúna, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Complementar nº 002/2020 do Executivo Municipal que altera, conforme específica, a Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, III do R.I., c/c Art.42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo foi apresentada a seguinte Emenda Modificativa: Altera o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 002/2020, que modifica o artigo 615, inciso IV, letra c, da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º (...) “Art. 615 (...) ... IV- (...) ... c) aprovar os planos e diretrizes operacionais e de ensino que permitam a consecução dos objetivos da ROMU; (...)” Em discussão, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que gostaria de fazer umas considerações sobre ele, e que eles tiveram uma procura pelo grupo da ROMU, que era um grupo ligado à Guarda Municipal que desempenhava um trabalho diferenciado e eles, na oportunidade, lhes trouxeram a necessidade de ter uma estruturação administrativa própria para desempenho daquelas funções, e isso foi acolhido pelo Executivo e encaminhado projeto de lei para a Casa; disse que não tiveram a discussão dele logo na semana que ele chegou, porque a tabela dos vencimentos também estavam desatualizadas dependendo daquela votação dos subsídios dos servidores, e que foi feita uma substitutiva e foi apresentada naquele momento; disse que a emenda que ele estava propondo, houve um erro na elaboração do projeto inicial, já que eles trataram do projeto falando da ROMU, da estrutura da ROMU, veio no original falando da Polícia Municipal, que não era o objeto daquele projeto, que era tratar somente da Corporação ROMU; disse que a emenda dele nada mais era no final, e pediu para que voltasse um pouquinho no telão, onde estava escrito “ROMU” estava “barra(/) Polícia Municipal”, então ali “os planos de diretrizes operacionais”, eram exclusivos da ROMU e não da Polícia Municipal pela nova função de supervisor da ROMU, e que era somente isso para corrigir o projeto e aí discuti-lo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, e como o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu também, a palavra o Sr. Presidente concedeu primeiro ao Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que o Vereador Fred concedeu a vez para ele porque ele, Luiz, era mais velho, e brincou, que era só



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

alguns aninhos e o agradeceu; a seguir, perguntou, só para esclarecer, se estava substituindo um cargo e achava que era de inspetor, e o Sr. Presidente disse que sim, e que, então, era substituindo um inspetor da Guarda por um supervisor da ROMU? O Sr. Presidente, Walter Luís Tozzi de Camargo, disse que só a nomenclatura tinha alterado, não alterou vencimentos, nada e que extinguiu um de inspetor e transformou esse salário do inspetor, a função de inspetor em supervisor; e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que estava certo, e eles estavam ali votando também um substituição com valor idêntico e que era bom que se esclarecesse, e que eles estavam votando um cargo, uma função de confiança, podia-se dizer assim, porque a pessoa para exercer ela tinha que ser ocupante de um cargo efetivo, concursado, por um outro de nomenclatura diferente, mas com remuneração igual; disse que ele iria votar favorável; a remuneração era igual, só estava trocando, diminuindo um cargo, se não se enganava, de inspetor da Guarda, e perguntou se era isso, e o Sr. Presidente disse que iria se tornar um supervisor, o nome; e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que seria um supervisor da Guarda Municipal, se era isso, e que era só pra esclarecer; a seguir, usou, então, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que ele gostaria de solicitar vistas ao projeto de lei e, conseqüentemente, ia pedir para votar as vistas antes da emenda, e que ele também era favorável, mas o que o preocupava muito, naquele projeto, e que ventilou muito dentro da Corporação, dois comandos, enfim, e que ele gostaria de ter um pouquinho mais de conhecimento do Projeto para ele poder votar tranquilamente; disse que iria solicitar o pedido de vistas por uma sessão ou duas, aí dependia, e perguntou ao Presidente se podia ser verbal, e o Sr. Presidente disse que podia, e o Vereador disse que gostaria de fazer um pedido de vistas ao projeto de lei e que eles pulassem uma sessão e entrasse na sessão posterior, ou seja, na primeira sessão de maio, para eles até poderem discutir depois, posteriormente, na reunião de Comissões, e achava que ficaria mais fácil para eles, e que gostaria que se o Presidente pudesse colocar o seu pedido de vistas em votação, ele ficaria grato e que gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares; o Sr. Presidente disse que antes de apreciação das vistas, ele só gostaria de responder ao Vereador Luis Carlos que o Anexo Doze da Lei Complementar ele tratava sobre o Sub Comandante, nos vencimentos no valor de seis mil, cento e sessenta e cinco e sessenta e três; o Inspetor da Guarda Municipal no valor de cinco mil, seiscentos e quarenta e três e treze e o Supervisor da ROMU o mesmo valor do Inspetor, cinco mil, seiscentos e quarenta e três e treze e também no quadro anterior ele dispunham de mais inspetores e um foi alterado;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

diante de manifestação do Plenário, o Sr. Presidente disse que era isso, exatamente, e que só para esclarecer não se estava criando nenhum cargo, e que era só substituindo a nomenclatura e que os vencimentos eram os mesmos da função; a seguir, a pedido da Líder do Governo, Vereadora Cássia Murer Montagner, ele suspendeu a sessão para esclarecimentos, para depois a apreciação de vistas do nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto e, retificando a sua colocação, o pedido teria que vir de forma escrita, e estava sendo elaborado antes da apreciação e deliberação do Plenário; dirimida das dúvidas do Projeto, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do pedido do Vereador Alfredo Chiavegato Neto, para adiamento da discussão para a primeira sessão ordinária de maio, dia cinco de maio, mais precisamente. A seguir, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto foi apresentado, com fulcro no Art. 230 combinado com o Art. 244, do Regimento Interno, requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 002/2020, por uma sessão ordinária; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos e o Projeto de Lei Complementar nº 002/2020 do Executivo Municipal que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi encaminhado para a Décima Sessão Ordinária, que seria realizada em cinco de maio de dois mil e vinte; a seguir, dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cássia Murer Montagner, Luiz Carlos de Campos, Alfredo Chiavegato Neto e Inalda Lúcio de Barros Santana foi apresentando requerimento de urgência especial, com fulcro na alínea “b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno para que o Projeto de Resolução nº 001/2020, da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que acrescenta parágrafos aos artigos 84 e 135 da Resolução nº 060/1991, Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; o Sr. Presidente designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como relator especial, para exarar parecer ao referido projeto de Resolução, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado; a seguir, da Mesa Diretora da Câmara Municipal, foi apresentado Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 001/2020, que dispõe





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sobre a suspensão das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Jaguariúna, em virtude de calamidade pública, guerra, força maior, caso fortuito, convulsão social, pandemias, emergência epidemiológica ou a impossibilidade de acesso, e dá outras providências, bem como altera e inclui parágrafos ao artigo 84 e inclui o artigo 139-A e seus parágrafos na Resolução nº 060/1991, Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna. Depois de lido, a pedido, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos; dirimias as dúvidas e reabrindo a sessão, o Sr. Presidente disse que foram necessários ajustes ao Projeto para qualificar melhor o projeto e por este motivo foi apresentada Emenda da Mesa Diretora da Câmara Municipal, ao Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 001/2020: Art. 1º Altera ementa do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 001/2020 (...) Art. 2º Altera os artigos 1º, 2º, 4º, 8º, 9º e 10 do Projeto de Resolução nº 001/2020, (...); Fica alterado o parágrafo único do artigo 84 para §1º, bem como acresce os §2º e §3º ao artigo 84, da Resolução nº 060/1991, Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna (...); Inclui o artigo 139-A e seus parágrafos na Resolução nº 060/1991 (...); em discussão e votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, em discussão e votação o Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 001/2020, que dispõe sobre a suspensão das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Jaguariúna, em virtude de calamidade pública, guerra, força maior, caso fortuito, convulsão social, pandemias, emergência epidemiológica ou a impossibilidade de acesso, e dá outras providências, bem como altera e inclui parágrafos ao artigo 84 e inclui o artigo 139-A e seus parágrafos na Resolução nº 060/1991, Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguariúna, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; aprovado o Substitutivo ficou prejudicado o Projeto original. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.) : pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite ao Presidente, nobres Colegas, senhoras e senhores funcionários da Casa e ao público que os acompanhava pelas redes sociais; disse que gostaria, primeiramente, de passar um informe que foi solicitado a ele em virtude de tudo que estava acontecendo com relação aos fatos do isolamento social, e que não teria naquele ano a “Marcha para Jesus”, que seria no mês de julho, então, a organização pediu que ele prestasse a informação e que já estava sendo divulgada; a seguir, fez a leitura: “Informe da Associação Atitude Real de Construir em Amor”: a Organização da Passeata Cultural ‘Marcha para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jesus', de Jaguariúna, informa que decidiu cancelar a realização do evento no Município no ano de dois mil e vinte. A decisão segue as recomendações do Ministério da Saúde e está em concordância com as medidas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Prefeitura de Jaguariúna para conter a disseminação do novo Coronavírus. Temos a consciência do momento econômico que a Cidade está enfrentando e, conseqüentemente, com as prioridades dos recursos para a área de saúde. O evento trata-se de uma manifestação pacífica que atrai integrantes de diversas igrejas cristãs, mas, que também está aberta a participação de toda a população. A quarta edição que aconteceria no mês de junho do corrente ano, de acordo com o calendário municipal, teria como tema 'O Príncipe da Paz', uma referência ao texto bíblico de Isaías, nove, que anuncia a vinda de Jesus. Nosso dever é agir com responsabilidade e respeito aos esforços das autoridades para que esta pandemia seja contida o mais rápido possível. Seguiremos firmes em constante oração pelo Brasil e, principalmente, pela Cidade de Jaguariúna com fé de que em breve, superaremos esse momento. Projeto Arca – Presidente Marco Antonio da Silva – Comissão Organizadora Oficial da Passeata Cultural 'Marcha para Jesus de Jaguariúna'. Jaguariúna, catorze de abril de dois mil e vinte." A seguir, disse que, infelizmente, ele gostaria de estar vindo lá e ouvindo mais notícias mais otimistas em virtude de tudo que os Vereadores estavam enfrentando no dia a dia junto à Cidade e, conseqüentemente, vendo as informações do Estado e do País mas, ele ficava triste porque cada semana que passava e que já estavam naquele mês, na segunda semana, e as coisas não mudavam muito, as informações que tinham em virtude dos números que foram dados lá que, logicamente, mais pessoas estavam sendo acometidas pelo trágico surto de Coronavírus; voltando a falar, ele respeitava todas as opiniões, mas acreditava que, se realmente, não tomassem uma medida drástica ou as pessoas que tinham a oportunidade de tomar aquelas decisões, eles, Vereadores, tinham a decisão deles constitucional, que era diferente, davam a opinião, lógico que as opiniões deles tinha repercussão mas, a decisão maior no caso do Município, era do Prefeito; os Vereadores sugeriam, lógico, que quem dera ele tivesse a oportunidade de tomar as decisões e poder, logicamente embasado, fazer as suas próprias tomadas de decisões, mas, se ele estivesse a frente no hoje, do Executivo, ele, conseqüentemente, minimizaria o impacto do isolamento social; disse que estavam na última sessão em que participaram, que foi no dia dezessete de março, comentou com o Presidente, e que depois não teve mais sessão e só foram ter em abril e que acompanharam, a partir, do dia vinte de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

março o isolamento social decretado pelo Governo do Estado e, conseqüentemente, assumido pelo Município de Jaguariúna; ele voltava a dizer que continuava trabalhando, continuava andando pelo Município, assim como a maioria dos nobres Pares e acreditava muito que a decisão maior seria de isolar, realmente, as pessoas do grupo de risco, as pessoas do grupo de risco que eram pessoas de mais idade, elas tinham condição de ficar em casa, mesmo porque a situação econômica delas, muitas delas eram aposentadas e conseguiam com aquilo ter uma oportunidade de permanecer em casa sem afetar o seu dia a dia, o que iria afetar também; mas o jovem que precisava produzir para poder criar Receita para o Município, Estado e para o Brasil, esse tinha que estar na ativa, aquele era o seu pensamento e acreditava e que tinha passado um mês e como foi bem dito, estavam numa guerra, sim, estavam todos armados no sentido de se precaver, todas as providências, as estruturas estavam sendo montadas e, como toda guerra, pessoas iriam morrer, infelizmente, mas tinha que vencê-la; disse que achar que todo mundo ficando em casa iria resolver, ele não compactuava com a informação e com a opinião de todos e gostaria que sua opinião tivesse a repercussão no sentido de que algo tinha que ser feito; estavam percebendo que tinha se falado muito de não pagamento de várias situações e o que ele percebia, principalmente, nos meios de comunicação as grande marcas, os grandes bancos, dizendo assim que lucravam e muito com a atividade em casa e, em nenhum momento deram algum benefício à população; a seguir deu um exemplo claro, ninguém emitiu a fatura do cartão de crédito para o contribuinte para que pagasse como bem entendesse, parcelar do jeito que quisesse que não teria juros, pelo menos isso, não era, perguntou, ele não viu ninguém falando aquilo; ele não viu nenhum banco que pediu para fazer tudo em casa porque tinha uma tarifa para pagar ainda mais por causa de TED, que cada um que emitia pagava dez e noventa e cinco, onze reais e todo mundo estava fazendo aquilo, conseqüentemente, em virtude de tentar e ficar praticando o isolamento; em nenhum momento, nenhum banco diminuiu a tarifa ou deu os benefícios para que os correntistas pudessem fazer ainda mais as coisas de casa com um custo menor, ao contrário, a tarifa estava sendo cobrada de tudo quanto era jeito; naquele momento o Vereador Rodrigo da Silva Blanci disse que a CPFL também tinha parcelado uma parte e que ele ligou no zero oitocentos e a CPFL disse que se ele quisesse que, na atividade dele e as atividades que ele servia não se enquadrava lá e tinha que ligar no um, meia, sete da ANEEL e que ligou no um, meia, sete da ANEEL e esperou meia hora até falar com a atendente e, realmente, não se enquadrava; daí ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

perguntou se restaurantes, bares e lanchonetes não se enquadravam e o atendente disse que não se enquadravam, era só residência para noventa dias, o corte, residência e área rural; então, enfim, o comércio em si também, a CPFL, estava dizendo que estavam dando recurso, uma brecha, não era nada; a seguir o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que só estavam protelando o inevitável que era pagar futuramente, enfim, ninguém estava lá dando uma suspensão de não pagar mais nada; enfim, se as coisas estiverem naquele ritmo, lá na frente, não teriam dinheiro, porque estavam querendo quebrar a roda, não estavam querendo diminuir e que estava preocupante; então, ele gostaria muito que as pessoas que estivessem ouvindo refletisse muito naquilo que ele estava dizendo e que respeitava os nobres Pares; eles tinham que, e voltava a dizer, ele achava que a questão de proibição, chamar para si a responsabilidade que não podia trabalhar era muito dura, as pessoas conscientemente e que várias atividades estavam vendo, estavam trabalhando e, naturalmente, diminuiu o fluxo de pessoas e, conseqüentemente, também a percepção, entrou menos Recursos nos comércios que estavam abertos, se as pessoas tiveram a oportunidade de abrir, era lógico que não teria uma enxurrada de pessoas adentrando no comércio, mas, gradativamente, iria tomando a rotina normal do dia a dia e se aquilo não acontecesse naquele momento e até aquilo acontecesse lá na frente as coisas iam emperrar, no seu ponto de vista; ele voltava a dizer, se passaram trinta dias, estavam com uma pessoa com um caso confirmado que já estava com alta médica, ele pegou hoje, quarenta e cinco suspeitos e três descartados e que estava com um de alta, foi passado a ele a informação; se as pessoas que tinham a informação para dar a eles e que estavam falando ainda que o pico seria em maio, porque começaram a quarenta “agora”, perguntou; disse que ele estava falando como uma suposição, enfim, ele só via e foi dito que o Governador do Rio estava doente, foi dito e eram pessoas que tinham uma representatividade enorme perante a sociedade mas, ele estava tentando procurar gente do meio dele e não achava e não queria achar também, pelo amor de Deus, ele não queria achar ninguém doente; disse, ainda, que os artistas estavam todos doentes ou não fizeram o confinamento, o isolamento social; disse que se ele ficasse, realmente, os nobres Pares poderiam xingar, porque ele não respeitou mesmo o isolamento social, lógico que se precaveu, diminuiu, mas falar que se isolou, não se isolou, estava rodando, conversando com os comerciantes, enfim, tudo mais; então, essas pessoas, principalmente, o Governador que estava dando exemplo no sentido de fazer ou mesmo os artistas que apareciam no UOL falando que fulano pegou, cicrano pegou, o pai, ou eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não estavam fazendo o isolamento que estavam pedindo, porque estava sendo contaminados e até onde ele sabia a contaminação se dava num indivíduo em até quinze dias, não era aquilo? Se a pessoa fosse contaminada, no prazo máximo se tivesse o contato até quinze dias poderia se manifestar, já se passaram trinta do momento que foi decretado o isolamento, se aquelas pessoas estavam sendo contaminadas não foi porque não se isolaram; naquele momento o Presidente pediu ao Vereador Fred para concluir e que até tinha dado o desconto a mais; a seguir o Vereador Alfredo Chiavegato Neto pediu desculpas e que também se estendeu mas, era basicamente o que tinha que falar e que gostaria de vir na próxima sessão, disse ao Presidente, somente com mais coisa otimista para o País, o Município, principalmente, rodar e as pessoas mais felizes, enfim, era aquilo que desejava a todos; desejou boa noite; não havendo inscritos o Sr. Presidente lembrou a todos que a reunião de comissão seria no dia vinte e dois do quatro de dois mil e vinte, a próxima reunião de comissões. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas, conforme requerimento aprovado na sessão anterior. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário